



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

INTERESSADO: Colenda Comissão
Permanente de Justiça e Redação – CPJR.
ASSUNTO: Projeto de Lei nº 139/2025.

1- Relatório

O Presidente desta casa de leis, atendendo solicitação da relatoria da Comissão Permanente de Justiça e Redação, encaminhou para análise o Projeto de Lei nº 139/2025, proposto por diversos Vereadores, que institui o programa municipal de cinoterapia no Município de Santa Bárbara d'Oeste.

Aos autos foram juntadas cópias: do texto do projeto de lei e da exposição de motivos.

2- Das atribuições da Comissão de Justiça e Redação e do controle de constitucionalidade

Adentrando na análise do projeto, não é demais lembrar que a atividade da CPJR é de verificar:

- a) a constitucionalidade: compatibilidade com regras e princípios da Constituição Federal e Estadual;
- b) a legalidade: compatibilidade com as regras legais;
- c) a juridicidade: compatibilidade com o Direito como um todo (ordenamento jurídico);
- d) compatibilidade com regras regimentais;
- e) compatibilidade com regras da boa técnica legislativa redacional.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

3- Do projeto de lei objeto de estudo

Feitas essas breves considerações, passa-se à análise do projeto de lei encaminhado para parecer.

Não se pode afirmar que o presente projeto de lei possua inconstitucionalidade material (orgânica) com relação ao ente, uma vez que a Constituição da República outorga aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, inciso I).

Os artigos 1º e 2º do projeto de lei são compatíveis com a Constituição, pois o entendimento atual é que o Poder Legislativo tem competência para propor projetos de lei que instituem programas públicos.

Contudo, melhor sorte não assiste ao parágrafo único do artigo 1º e ao artigo 3º, pois nesses comandos legais o proponente adentra competências exclusivas do Chefe do Poder Executivo, não observando o princípio da separação de poderes previsto no artigo 2º da Constituição Federal e artigos 5º e 144, da Constituição do Estado de São Paulo. Nesses dispositivos há vício de iniciativa, pois o texto não só impor obrigações concretas à Administração Municipal, mas acaba por disciplinar minuciosamente o modo de agir do Poder Executivo e de seus órgãos.

O parágrafo único do artigo 1º não deveria mencionar o Centro de Referência Social como responsável pela avaliação dos pacientes.

Por sua vez, o artigo 3º não deveria autorizar a implementação de parcerias ou convênios. Esse tipo de previsão invade o modo de escolha do Poder Executivo de como administrar o município e concretizar os programas criados pelo Legislativo.

Como se sabe, é competência reservada do Prefeito Municipal dispor sobre a estruturação, organização e funcionamento da Administração Municipal, prevista no artigo 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

Em se tratando de matéria relativa ao funcionamento da Administração Municipal, a competência para legislar sobre tais assuntos é privativa do Chefe do Executivo.

Tal posicionamento é sufragado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo de acordo com o julgamento que se traz à colação:

O ato legislativo objeto desta ação direta cria programa assistencial a crianças portadoras de microcefalia. Seu art. 2º elege os serviços que serão prestados à criança e a seus pais. Além disso, os arts. 1º e 3º impõem atos concretos de administração à Secretaria Municipal de Saúde. A atividade legislativa não se limita a estabelecer genericamente objetivos ou diretrizes a serem adotados quanto à instituição de política pública, pelo contrário, a Câmara Municipal cria obrigações para o Poder Executivo municipal e delimita a forma e o modo de agir da Administração Pública, responsável pela prestação de serviço municipal de assistência à saúde de criança portadora de microcefalia. Também trata das atribuições de Secretaria Municipal e determina a prática de atos administrativos materiais, sem deixar margem de escolha para o administrador. (ADI nº 2143208-13.2020.8.26.0000. Rel. Des. Carlos Bueno. Data do julgamento: 03/03/2021).

Denota-se que as matérias são semelhantes às do projeto de lei ora sob análise, imposição de obrigações às secretarias, sendo que o TJ/SP entendeu que a lei seria inconstitucional.

Esta intervenção inconstitucional dos parlamentares em assuntos da alçada do Poder Executivo, quando do manejo da função legiferante, é bem explicada por HELY LOPES MEIRELLES¹:

(...) de um modo geral, pode a Câmara, por deliberação do plenário, indicar medidas administrativas ao prefeito *adjuvandi causa*, isto é, a título de colaboração e sem força coativa ou obrigatória para o Executivo, o que não pode é prover situações concretas por seus próprios atos e impor ao Executivo a tomada de medidas específicas de exclusiva competência e atribuição. Usurpando funções do Executivo ou suprimindo atribuições do prefeito, a Câmara praticará ilegalidade reprimível por via judicial.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*, São Paulo: 3ª ed, p. 440.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

4- Redação do projeto de lei

Por fim, há que se observar que se insere nas competências desta Comissão de Justiça e Redação verificar se o projeto de lei se compatibiliza com as regras da boa técnica legislativa redacional.

Acaso excluídos os dispositivos acima apontados como inconstitucionais a redação do projeto de lei ficará capenga, pois nem sequer conceitua o que seria cinoterapia ou quais objetivos se pretende alcançar com a política pública.

Sendo assim, recomenda-se a rejeição total do projeto, para que os propositores apresentem uma nova redação mais completa e, ao mesmo tempo, compatível com a Constituição.

5- Conclusão

Ante o exposto, o Projeto de Lei sob análise está maculado de inconstitucionalidade material, consistente em vício de iniciativa legislativa, desrespeitando o artigo 2º da Constituição Federal; artigos 5º e 144 todos da Constituição do Estado de São Paulo, sugerindo-se à Colenda Comissão Permanente de Redação e Justiça assim contemplar em seu respeitável parecer.

Santa Bárbara d'Oeste, 6 de outubro de 2025.

RODRIGO FORNAZIERO CAMPILLO LORENTE

Procurador Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de De Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link:

<https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=AU4249162PHP7C27> ,

ou vá até o site <https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: AU42-4916-2PHP-7C27



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: AU42-4916-2PHP-7C27